

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: TRANSMISSORA DE ENERGIA SUL BRASIL S.A.

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021

CNPJ: 13.289.882/0001-07

Número de Ordem do Livro: 11

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2021 a 31 de Dezembro de 2021

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R\$ 392.912.170,32	R\$ 381.778.450,02
CIRCULANTE		R\$ 38.944.951,93	R\$ 37.481.869,46
DISPONIBILIDADES		R\$ 10.009.808,54	R\$ 5.242.562,18
CONTAS A RECEBER DE CLIENTES		R\$ 1.767.681,78	R\$ 1.780.653,94
ADIANTEMENTOS		R\$ 16.156,69	R\$ 3.437.550,75
OUTROS CREDITOS		R\$ 27.151.304,92	R\$ 27.021.102,59
NAO CIRCULANTE		R\$ 353.967.218,39	R\$ 344.296.580,56
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		R\$ 353.952.858,34	R\$ 344.280.502,55
OUTROS		R\$ 353.952.858,34	R\$ 344.280.502,55
PERMANENTE		R\$ 14.360,05	R\$ 16.078,01
IMOBILIZADO		R\$ 14.360,05	R\$ 16.078,01
(-) INTANGIVEL		R\$ (0,00)	R\$ 0,00
PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO		R\$ 392.912.170,32	R\$ 381.778.450,02
CIRCULANTE		R\$ 4.956.809,76	R\$ 16.379.989,87
FORNECEDORES		R\$ 1.578.131,40	R\$ 2.912.414,40
OBRIGACOES SOCIAIS E FISCAIS		R\$ 1.127.317,83	R\$ 1.439.768,99
OUTRAS OBRIGACOES		R\$ 2.251.360,53	R\$ 12.027.806,48
NAO CIRCULANTE		R\$ 66.428.561,07	R\$ 125.957.581,30
EXIGIVEL A LONGO PRAZO		R\$ 66.428.561,07	R\$ 125.957.581,30
OUTRAS		R\$ 66.428.561,07	R\$ 125.957.581,30
PATRIMONIO LIQUIDO		R\$ 321.526.799,49	R\$ 239.440.878,85
PATRIMONIO LIQUIDO		R\$ 321.526.799,49	R\$ 239.440.878,85
CAPITAL SOCIAL		R\$ 402.648.641,60	R\$ 523.248.641,60
(-) LUCRO/PREJUIZO ACUMULADO		R\$ (81.121.842,11)	R\$ (283.807.762,75)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



Entidade: TRANSMISSORA DE ENERGIA SUL BRASIL S.A.

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021

CNPJ: 13.289.882/0001-07

Número de Ordem do Livro: 11

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2021 a 31 de Dezembro de 2021

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		R\$ 33.514.160,18	R\$ 44.344.716,23
RECEITA DE TRANSMISSAO		R\$ 33.514.160,05	R\$ 44.344.716,23
OUTRAS RECEITAS		R\$ 0,13	R\$ 0,00
(-) DEDUCOES		R\$ (601.649,73)	R\$ (657.513,05)
(-) IMPOSTOS INCIDENTES SOBRE VENDA		R\$ (601.649,73)	R\$ (657.513,05)
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA		R\$ 32.912.510,45	R\$ 43.687.203,18
(-) CUSTO DO SERVICO DE ENERGIA ELETERICA		R\$ (654.000,25)	R\$ (1.045.291,63)
(-) DEPRECIACAO E AMORTIZACAO		R\$ (2.664,36)	R\$ (3.212,80)
(-) TAXA DE FISCALIZACAO		R\$ (67.616,67)	R\$ (68.451,13)
(-) PESQUISA E DESENVOLVIMENTO		R\$ (152.749,84)	R\$ (278.314,58)
(-) QUOTA PARA RGR		R\$ (430.969,38)	R\$ (695.313,12)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		R\$ 32.258.510,20	R\$ 42.641.911,55
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		R\$ (77.390.016,48)	R\$ (245.248.734,34)
(-) PESSOAL		R\$ (425.499,88)	R\$ (481.296,58)
(-) MATERIAL		R\$ (1.344.753,03)	R\$ (801.886,22)
(-) SERVICOS DE TERCEIROS		R\$ (8.663.713,61)	R\$ (10.205.868,75)
(-) SEGUROS		R\$ (156.102,41)	R\$ (218.867,41)
(-) OUTRAS DESPESAS		R\$ (66.799.947,55)	R\$ (233.540.815,38)
(-) RESULTADO DO SERVICO		R\$ (45.131.506,28)	R\$ (202.606.822,79)
RESULTADO FINANCEIRO		R\$ 2.958.785,33	R\$ 769.672,19
RECEITAS FINANCEIRAS		R\$ 3.379.754,08	R\$ 999.546,83
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		R\$ (420.968,75)	R\$ (229.874,64)
(-) LUCRO OPERACIONAL		R\$ (42.172.720,95)	R\$ (201.837.150,60)
(-) LUCRO ANTES DO IR E DA CSLL		R\$ (42.172.720,95)	R\$ (201.837.150,60)
(-) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUICAO SOCIAL		R\$ (1.634.896,53)	R\$ (848.770,04)
(-) IMPOSTO DE RENDA		R\$ (1.152.143,93)	R\$ (570.058,42)
(-) CONTRIBUICAO SOCIAL		R\$ (482.752,60)	R\$ (278.711,62)
(-) LUCRO LIQUIDO DO EXERCICIO/PERIODO		R\$ (43.807.617,48)	R\$ (202.685.920,64)



TESB - Transmissora de Energia Sul Brasil S.A.
CNPJ: 13.289.882/0001-07 NIRE: 4.330.005.852-2
Companhia fechada

TESB - Transmissora de Energia Sul Brasil S.A.

Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS	3
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	5
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO	7
NOTAS EXPLICATIVA ÀS INFORMAÇÕES DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	8
1 CONTEXTO OPERACIONAL	8
2 BASE DE PREPARAÇÃO	10
3 PRINCIPAIS POLITICAS CONTÁBEIS	11
4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	20
5 CONTAS A RECEBER DE CONCESSIONÁRIAS	20
6 ATIVO DE CONCESSÃO	20
7 PARTES RELACIONADAS	23
8 FORNECEDORES	25
9 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	25
10 CONTRATO ONEROSO	26
11 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	27
12 PATRIMÔNIO LÍQUIDO	29
13 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	31
14 CUSTOS OPERACIONAIS	31
15 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	32
16 OUTRAS DESPESAS	32
17 RESULTADO FINANCEIRO	33
18 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	34
19 REMUNERAÇÃO DO PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO	34
20 COBERTURA DE SEGUROS	35
21 CONTRATOS DE LONGO PRAZO	35
22 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO	36
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	41

Balanços patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	31/12/2021	31/12/2020	Passivo	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.242	10.010	Fornecedores	8	2.912	1.578
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	5	1.781	1.768	Obrigações sociais e trabalhistas		14	13
Impostos a recuperar		104	98	Imposto de renda e contribuição social	9.1	263	148
Despesas pagas antecipadamente		51	270	Obrigações tributárias	9.2	371	201
Outras contas a receber e outros ativos		3.438	16	Parcelamento de tributos	9.3	793	765
Ativo de contrato de concessão	6	26.866	26.783	Encargos regulatórios		254	212
				Partes relacionadas	7.b	11.773	2.039
Total do ativo circulante		37.482	38.945	Total do passivo circulante		16.380	4.956
Depósitos judiciais	11.2	29.253	28.589	Partes relacionadas	7.c	20	20
Ativo de contrato de concessão	6	315.028	325.364	Parcelamento de tributos	9.3	5.218	5.798
Imobilizado		16	14	Contrato oneroso	10	103.391	-
Total do ativo não circulante		344.297	353.967	Provisão para contingências	11.3	17.329	1.011
				Adiantamento para futuro aumento de capital	7.d	120.600	59.600
				Total do passivo não circulante		246.558	66.429
				Patrimônio Líquido			
				Capital social	12	402.649	402.649
				Prejuízos acumulados		(283.808)	(81.122)
				Total do patrimônio líquido		118.841	321.527
Total do ativo		381.779	392.912	Total do passivo e patrimônio líquido		381.779	392.912

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	13	42.645	32.260
Custos operacionais	14	<u>(138.396)</u>	<u>(53.498)</u>
Resultado bruto		<u>(95.751)</u>	<u>(21.238)</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	15	(3.465)	(12.008)
Outras despesas	16	<u>(103.391)</u>	<u>(11.885)</u>
Resultado antes do resultado financeiro		<u>(202.607)</u>	<u>(45.131)</u>
Resultado financeiro	17		
Receitas financeiras		1.000	3.380
Despesas financeiras		<u>(230)</u>	<u>(421)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>770</u>	<u>2.959</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		<u>(201.837)</u>	<u>(42.172)</u>
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	18	<u>(849)</u>	<u>(1.635)</u>
Resultado do exercício		<u>(202.686)</u>	<u>(43.807)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado do exercício	(202.686)	(43.807)
Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>(202.686)</u>	<u>(43.807)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Adiantamento para aumento de Capital	Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	342.190	67.459	(37.315)	372.334
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(7.000)	-	(7.000)
Integralização de capital social	60.459	(60.459)	-	-
Resultado do exercício	-	-	(43.807)	(43.807)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	402.649	-	(81.122)	321.527
Resultado do exercício	-	-	(202.686)	(202.686)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	402.649	-	(283.808)	118.841

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

		31/12/2021	31/12/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício		(202.686)	(43.807)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:			
Amortização do ativo de contrato	6	18.014	16.505
Receita com O&M do ativo de contrato	6	(6.757)	(6.462)
Receita de remuneração do ativo de contrato	6	(16.530)	(16.978)
Margem de construção da infraestrutura do ativo de contrato	6	55.247	11.234
Perdas por ineficiência na construção do ativo de contrato	6	36.584	25.645
Impairment créditos com partes relacionadas		-	11.885
Provisão para contingências		16.318	(4.103)
Contrato oneroso	10	103.391	-
		3.581	(6.081)
Variações em :			
Custo construção do ativo de contrato	6	(76.305)	(21.307)
Clientes a receber		(13)	(275)
Despesas pagas antecipadamente		219	(83)
Depósitos judiciais		(664)	(2.857)
Impostos a recuperar		(6)	(3)
Demais contas a receber		(3.422)	(7)
Fornecedores		1.334	(1.684)
Obrigações tributárias		(267)	(2.412)
Encargos regulatórios		42	(103)
Obrigações trabalhistas		1	7
Outros		-	211
Caixa aplicado nas operações		(75.500)	(34.594)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(75.500)	(34.594)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de ativo imobilizado e intangível		(2)	(14)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(2)	(14)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Acionistas			
Partes relacionadas		9.734	(13.382)
Adiantamento para futuro aumento de capital		61.000	52.600
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos		70.734	39.218
Redução (aumento) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		(4.768)	4.610
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		10.010	5.400
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		5.242	10.010
Efeito não caixa			
Impairment créditos com partes relacionadas		-	11.885
Integralização de capital		-	60.459

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVA ÀS INFORMAÇÕES DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

1.1 A Companhia

A TESB – Transmissora de Energia Sul Brasil ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, de direito privado, constituída em 19 de janeiro de 2011, que tem por objeto explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia, mediante a construção, operação e manutenção de instalações de transmissão (cinco linhas de transmissão e quatro subestações) localizadas na Região Metropolitana de Porto Alegre, referente ao lote A do Leilão ANEEL 008/2010 e Contrato de Concessão assinado em 27 de julho de 2011. A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Joaquim Porto Villanova, 201, Sala 555 - BL A - Jardim do Salso, CEP 91410-400, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional em decorrência dos atrasos no cronograma para início da operação de suas atividades, originalmente previsto para 2015 e a conclusão prevista para dezembro de 2022. O contrato de concessão da Companhia contempla as seguintes principais informações:

Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP	Índice de correção
001/2011	30	2041	19.980	Variação IPCA

Conforme a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da resolução homologatória nº REH 2.895/2021 estabeleceu, com vigência a partir de 1º de julho de 2021, as receitas anuais permitidas para o ciclo 2021/2022 no montante de R\$ 33.058, distribuídos nos períodos de julho de 2021 a junho de 2022.

EMPREENDIMENTO		RAP ATIVA (R\$)	RAP PREVISTA (R\$)	TOTAL (R\$)	Data Prevista de Conclusão
T2011-170-A	LT 230 kV PORTO ALEGRE 9 /PORTO ALEGRE 8 RS	-	2.627	2.627	30/09/2022*
T2011-170-B	LT 230 kV PORTO ALEGRE 9 /NOVA STA RITA RS	-	2.655	2.655	30/03/2022*
T2011-170-C	LT 230 kV CAMPO BOM /TAQUARA RS	-	2.144	2.144	19/03/2022*
T2011-170-D	LT 230 kV JARDIM BOTANICO FIC /JARDIM BOTANICO RS	10.600	-	10.600	Concluído
T2011-170-E	SE 230/69 kV VIAMAO 3	4.288	-	4.288	Concluído
T2011-170-F	SE 230/69 kV CANDELARIA 2	2.958	-	2.958	Concluído
T2011-170-G	SE 230/69 kV RESTINGA, LT 230 kV REST-PAL 13 e LT 230 kV REST-VIAMAO 3	4.227	1.053	5.280	15/04/2022*
T2014-088	SE 230/69 Kv JARDIM BOTANICO 3TR	-	2.506	2.506	17/04/2022
		22.073	10.985	33.058	

(*) Novas datas conforme cronograma Siget

Do montante total de R\$33.058 apresentado acima, R\$10.985 refere-se a RAPs previstas de obras que estavam em andamento na data da publicação da resolução homologatória em junho de 2021.

Contrato de concessão

O contrato de concessão da TESB estabelece que ao final da concessão ocorrerá a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à TESB, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

O contrato de concessão confere ampla liberdade na direção dos negócios, investimentos, pessoal e tecnologia à TESB. A empresa obriga-se a adotar, na implantação da linha de transmissão, tecnologia adequada e a empregar equipamentos, instalações e métodos operativos que garantam níveis de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na prestação dos serviços e a modicidade das tarifas.

A critério exclusivo do PODER CONCEDENTE e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por no máximo igual período (30 anos), de acordo com o que dispõe o parágrafo 3º do art. 4º da Lei nº 9.074/95, mediante requerimento da TRANSMISSORA. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no CONTRATO.

Em 05 de maio de 2021 foi enviada a carta TESB nº 078/2021 para Aneel com a atualização do Plano de Recuperação do Cronograma dos empreendimentos da TESB, abaixo quadro com a evolução das datas previstas.

Quadro 26. Evolução das datas previstas de energização no Plano de Recuperação da TESB							
Empreendimento	Data Prevista para Energização						
	Carta 035/2019	Carta 055/2019	Carta 066/2019	Carta 133/2019	Carta 0083/2020	Carta 035/2021	Carta 078/2021
SE Candelária 2	05/07/2020	05/07/2020	24/01/2020	24/02/2020	08/03/2020 (concluído)	08/03/2020 (concluído)	08/03/2020 (concluído)
LT 230 kV Nova Santa Rita – Porto Alegre 9	26/10/2019	26/10/2019	19/12/2019	16/12/2020	22/01/2021	29/04/2021	20/06/2021
LT 230 kV Porto Alegre 9 – Porto Alegre 8	17/02/2021	17/02/2021	26/03/2021	26/03/2021	24/08/2021	20/11/2021	10/12/2021
LT 230 kV Campo Bom - Taquara	07/12/2020	07/12/2020	29/12/2020	26/03/2021	19/05/2021	06/06/2021	31/07/2021
LT 230 kV Restinga – Porto Alegre 13 (construída em circuito duplo)	26/10/2019	23/08/2019	24/08/2019	02/08/2019 (concluído)	02/08/2019 (concluído)	02/08/2019 (concluído)	02/08/2019 (concluído)
LT 230 kV Restinga – Porto Alegre 13 (novo trecho em circuito simples)	-	-	-	26/03/2021	28/09/2021	24/08/2021	16/10/2021

SE Jardim Botânico

Instalação, na SE Jardim Botânico, do terceiro transformador trifásico 230/69 kV, de 83 MVA.
Obras em andamento com previsão de energização em 17/04/2022.

Memorando de entendimentos e contrato de constituição de consórcio

Em 03 de dezembro de 2010, foi assinado o Memorando de Entendimentos e o Contrato de Constituição de Consórcio, entre a Procable Energia e Telecomunicações S.A, a Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-T (Nova denominação da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT) e a Zhejiang Insigma United Engineering Co. Ltda. - INSIGMA.

Durante o exercício de 2021, a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT passou por uma reestruturação e a sua nova denominação é Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-T.

O objetivo do Memorando de Entendimento é afirmar o interesse comum das partes de cooperar entre si e de desenvolver esforços mútuos, visando à realização de estudos e análises quanto à viabilidade técnica, econômica e comercial do empreendimento e a constituição de uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), para implantação e exploração do empreendimento.

O Contrato de Constituição do Consórcio foi uma exigência da ANEEL para comprometer e ratificar a participação conjunta das partes, no leilão da ANEEL nº 008/2010, cujo objeto foi a Contratação de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica. As empresas consorciadas terão responsabilidade solidária pelos atos praticados pelo Consórcio, tanto na fase de habilitação quanto na execução do contrato de concessão, e terão as seguintes responsabilidades:

A Procable será responsável pela aquisição parcial de materiais, construção, ensaios e comissionamento e demais serviços necessários para o desempenho das Linhas de Transmissão e Subestações;

A CEEE-T (nova denominação da CEEE-GT) será responsável pela operação e manutenção (O&M) do sistema, pela obtenção das Licenças Ambientais (Licença Prévia - LP, Licença de Instalação - LI e Licença de Operação – LO), revisões, acompanhamento técnico e fiscalização da obra;

A INSIGMA será responsável pela aquisição parcial de materiais e execução parcial de serviços;

As partes em conjunto, serão responsáveis pela estruturação de financiamento do empreendimento.

Conforme nota explicativa nº 11.2, a acionista CEEE-T (nova denominação da CEEE-GT) efetuou aportes para continuidade das obras, dessa forma, a estrutura de financiamento do empreendimento sofreu alteração. A participação da acionista CEEE-T (nova denominação da CEEE-GT) aumentou significativamente em relação aos demais sócios que não acompanharam os aportes necessários para manter o seu percentual de participação na Companhia.

Acordo de acionistas

Em 06 de março de 2012 foi firmado o acordo de cotista entre a Procable, C e a INSIGMA.

Este acordo, determina que o capital social deverá atender o limite mínimo estabelecido pelo China Development Bank (CDB), definido atualmente em R\$ 60 milhões.

2 Base de preparação

2.1 Declaração e conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e normas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, quando estas não conflitam com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 8 de março de 2022.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aplicações financeiras e aplicações financeiras que estão a valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer futuros afetados.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras intermediárias.

3.1 Instrumentos financeiros

3.1.1 Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou um passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

3.1.2 Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado - VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação de objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo

O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

3.1.3 Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere e nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.1.4 Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.1.5 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não celebrou e não tem como política celebrar contratos de instrumentos financeiros derivativos.

3.2 Ativo de Concessão

De acordo com o NBCTG 47 - Receita de Contrato com Cliente, as concessões da Companhia foram classificadas dentro do modelo de ativo contratual. O ativo contratual se origina na medida em que a Companhia satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, assim como operar e manter a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Com base nisso, foram definidas as obrigações de performance contidas estes contratos que são: (i) Construção e melhorias; e (ii) Operação e manutenção (O&M). Desta forma, a Companhia aloca a Receita Anual Permitida (RAP) a cada uma dessas obrigações de performance, considerando os custos estimados a cada uma delas e incluindo uma margem que poderá ser positiva ou negativa, dependendo da eficiência nas atividades da Companhia.

Além disso, os ativos de contrato são remunerados pela taxa de remuneração definida no business plan no momento do leilão.

O reconhecimento da receita de construção de infraestrutura de transmissão considera os custos efetivamente incorridos na obra, incrementados ou reduzidos, pela margem de construção apurada para o projeto, sendo que os ganhos ou as perdas (eficiências ou ineficiências na construção) identificados ao longo da fase de construção registrados quando incorridos, de forma tempestiva, em linha de custo.

A margem de construção é auferida pela proporção do custo previsto para a construção da obra em relação ao “CAPEX realizado do Projeto”, ambos definidos e acompanhados no plano de negócios da Companhia. As margens propostas são suficientes para cobrir os custos de gerenciamento da construção.

Em 2020, a Companhia efetuou uma revisão das premissas do ativo do ativo de contrato de acordo com a orientação da CVM através do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020. Nessa revisão foram levadas em consideração os seguintes aspectos:

- Taxa de remuneração dos contratos, sendo definida a TIR implícita após aplicação das margens e imutável durante a execução contratual;
- Identificação das margens de construção e O&M.

3.3 Imobilizado

3.3.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando houver.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas ou despesas no resultado.

3.3.2 Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

3.3.3 Depreciação

As taxas utilizadas para depreciação do ativo imobilizado estão de acordo com a Resolução Normativa nº 674, de 11 de agosto de 2015, emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, as quais, na avaliação da Administração da Companhia, refletem a vida útil dos bens. Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros.

Ativos imobilizados são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos ("impairment"). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

Com a adoção do NBCTG 47, a Companhia deixou de registrar o ajuste ao valor recuperável de ativos financeiros. A avaliação do valor recuperável de um ativo financeiro é conduzida conforme as disposições do NBCTG 48 – instrumentos Financeiros.

3.4 Redução ao valor recuperável (Impairment)

3.4.1 Ativos financeiros não derivados

A Companhia, quando aplicável, reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A provisão para perdas com contas a receber de clientes deve ser mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia deve considerar informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

A Companhia deve presumir que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia deve considerar um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

A Companhia não tem histórico de inadimplência de seus ativos financeiros. O saldo do contas a receber, refere-se a recebíveis das concessionárias que utilizam a infraestrutura de transmissão da Companhia no ambiente regulado da ANEEL, os quais, também não possuem histórico de inadimplência.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente aplica em bancos de primeira linha e em aplicações que não apresentam risco significativo de perda por estarem garantidas pelo Fundo Garantidor de Crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas devem ser estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito devem ser mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia e acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas devem ser descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia deve avaliar se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seria aceita em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado deve ser deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro deve ser baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia deve adotar a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia deve fazer uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não deve esperar nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

3.4.2 Ativos não financeiros

Anualmente a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

3.5 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

3.6 Encargos Regulatórios

Estão contabilizados como dedução de receita bruta e são apurados pelo regime de competência.

3.7 Contrato oneroso

Uma provisão para contratos onerosos é mensurada a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado da rescisão do contrato e o custo líquido esperado caso o contrato seja mantido, que é determinado com base nos custos incrementais necessários para cumprir a obrigação prevista no contrato.

3.8 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

Já as provisões para eventuais contratos onerosos são mensuradas a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado na rescisão do contrato e o custo líquido esperado, caso o contrato fosse mantido.

3.9 Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados de acordo com a legislação tributária em vigor, por meio do regime de apuração do lucro presumido correspondente a 8% e 12% da receita bruta para imposto de renda e contribuição social, respectivamente. A alíquota do imposto de renda calculado é de 15% e 10% para o adicional sobre lucro que exceder a quantia de R\$ 60 (sessenta mil reais) por trimestre e 9% para a contribuição social.

3.10 Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida de acordo com o NBCTGCPC 47 - Receita de Contatos com Clientes, à medida que as obrigações de desempenho sejam satisfeitas.

As receitas no período pré-operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de construção de infraestrutura;
- Receitas de remuneração dos ativos da concessão.

E no período operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de operação e manutenção;
- Receitas de remuneração dos ativos da concessão.

3.11 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos e pelo regime de competência.

Os custos dos empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

3.12 Novas normas e interpretações ainda não efetivadas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06/IFRS 16) 65.
- Revisão anual das normas IFRS 2018–2020.
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).66
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).
- Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37);
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32/IAS 12).
- Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto (Alterações na IFRS 10 e na IAS 28).

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e saldos em conta corrente bancária	369	585
Aplicações financeiras	4.873	9.425
	<u>5.242</u>	<u>10.010</u>

A aplicação financeira pode ser resgatada a qualquer tempo e se refere à aplicação CDB Especial, cujos recursos são aplicados em ativos indexados a taxas de juros pós-fixadas com base na variação dos Certificados Interbancários (CDI). Os saldos já estão acrescidos dos rendimentos e não possuem risco significativo de mudança de valor.

5 Contas a receber de Concessionárias

	31/12/2021		31/12/2020
	<u>Saldos vencidos</u>	<u>Saldos vencidos</u>	<u>Total</u>
Concessionarias e permissionarias	1.733	48	1.781
	<u>1.733</u>	<u>48</u>	<u>1.781</u>

O saldo de contas a receber de clientes da Companhia não apresenta atrasos e não possui histórico de inadimplência relevante. Não há títulos provisionados como provisão para perdas de crédito esperadas em 31 de dezembro de 2021 de acordo com as políticas da Companhia.

6 Ativo de concessão

O contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrado entre a União - Poder Concedente e a TESB regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela empresa, e estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados.

De acordo com a NBCTG 47 – Receita de contrato com o cliente, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão de transmissão foram classificados como ativos contratuais a partir de 1º de janeiro de 2018, considerando a obrigação de desempenho durante o período da concessão, representada pela disponibilidade das linhas de transmissão.

6.1 Premissas adotadas

	31/12/2021	31/12/2020
Margem de construção	(72,40%)	(52,72%)
Margem de operação e manutenção	20,15%	20,15%
Taxa de remuneração	4,86% a.a.	4,86% a.a.
Receita Anual Permitida exercício de 2021 e 2020	33.541	32.078
Custo de construção incorrido até 31/12/2021 e 31/12/2020	475.117	398.813

6.2 Movimentação

Apresentamos a seguir a movimentação:

Saldo de ativo contratual em 31 de dezembro de 2019	360.784
(+) Receita de remuneração do ativo de concessão (e)	16.978
(+) Receita de O&M (f)	6.462
(+) Custo de construção da infraestrutura de transmissão (b)	21.307
(-) Reversão da receita anual permitida (RAP) (g)	(16.505)
(-) Margem de construção da infraestrutura de transmissão (c)	(11.234)
(-) Perdas pela ineficiência na construção (d)	(25.645)
Saldo de ativo contratual em 31 de dezembro de 2020	352.147
(+) Receita de remuneração do ativo de concessão (e)	16.530
(+) Receita de O&M (f)	6.757
(+) Custo de construção da infraestrutura de transmissão (b)	76.305
(-) Reversão da receita anual permitida (RAP) (g)	(18.014)
(-) Margem de construção da infraestrutura de transmissão (c)	(55.247)
(-) Perdas pela ineficiência na construção (d)	(36.584)
Saldo de ativo contratual em 31 de dezembro de 2021	341.894
Ativo de Contrato - Circulante	26.866
Ativo de Contrato - não Circulante	315.028
	341.894

- a)** As premissas do ativo do ativo de contrato estão de acordo com a orientação da CVM através do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 e foram levadas em consideração os seguintes aspectos:

Taxa de remuneração dos contratos, sendo definida como a TIR implícita após aplicação das margens e imutável durante a execução contratual;
Identificação das margens de construção e O&M.

- b)** Corresponde ao custo de construção realizado no exercício de 2021 de acordo com o plano de negócios da Companhia.
- c)** Corresponde à margem de construção negativa de 72,40% (negativa de 52,72% no exercício de 2020), auferida pela proporção do custo previsto para a construção da obra em relação ao “CAPEX realizado do Projeto”, ambos definidos e acompanhados no plano de negócios da Companhia.
- d)** Corresponde a perdas pela ineficiência na construção da infraestrutura de transmissão devido aos atrasos na energização das obras, variação dos custos de commodities, custos adicionais de negociações fundiárias, entre outros. Nesse montante está incluído o valor referente a RAP não recebida devido ao atraso na energização.
- e)** Refere-se a remuneração do ativo de concessão com base na taxa 4,86% a.a., conforme descrito na nota 6.1.
- f)** Refere-se a receita de O&M com base com base na margem de 20,15%, conforme descrito na nota 6.1.
- g)** Refere-se a amortização do ativo de concessão, ou seja, é o valor da RAP que não foi alocado como Receita de O&M e Receita com Remuneração do ativo de Concessão.

7 Partes relacionadas

Os saldos de partes relacionadas são compostos por valores a receber e a pagar com as empresas que fazem parte do quadro societário desta Empresa:

		Ativo	
		31/12/2021	31/12/2020
Procable Energia e Telecomunicações S.A. (a)		11.885	11.885
(-) Impairment créditos partes relacionadas (a)		(11.885)	(11.885)
		-	-
		Passivo	
		31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
CEEE-T contrato serviços (b)		11.773	2.039
Não circulante			
Zhejiang Insigma (c)		20	20
CEEE-T AFAC (d)		120.600	59.600
Total		132.393	61.659
		Resultado	
		31/12/2021	31/12/2020
CEEE-T - Serviços de O&M		3.676	2.743
CEEE-T - Serviços Engenharia Proprietário		11.712	9.820
		15.388	12.563

- a)** O montante de R\$11.885 refere-se a 15% do valor global do contrato 001/2011 celebrado entre a TESB e a Procable para construção das infraestruturas de transmissão e aos pagamentos que a TESB fez aos fornecedores da Procable contratados para obra. Em 04 de setembro de 2019 ocorreu a rescisão do contrato firmado com a Procable. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia constituiu a provisão para perdas (impairment) dos créditos no montante R\$11.885 visto que está em discussão judicial com a Procable, para mais detalhes vide nota explicativa nº 12.

- b)** O valor de R\$2.039 refere-se a Contratos de Serviços de Engenharia do Proprietário firmados com a CEEE-T (nova denominação da CEEE-GT), quitado em janeiro/2021. O valor de R\$11.773 refere-se à provisão dos serviços executados em 2021 do Contrato de Serviços de Engenharia do Proprietário e ao reembolso de despesas de auditoria prestados em 2020 e 2021. O referido contrato se refere à prestação de serviços de engenharia do proprietário e, durante a construção das instalações de transmissão, a CEEE-T (nova denominação da CEEE-GT) ficará responsável pelas Licenças Ambientais (LP, LI e LO), revisões, acompanhamento técnico nas fases de projeto, implantação, testes, comissionamento e fiscalização da obra, levantamento topográfico e avaliação das áreas onde poderão ser implantadas as subestações, elaboração de memória descritivo, bem como das plantas individuais, da Linha de Transmissão em 230 kv entre as subestações Campo Bom/Taquara. Do montante R\$9.820 registrado em outras despesas operacionais em 31 de dezembro de 2020, R\$ 8.416 refere-se a Contratos de Serviços de Engenharia do Proprietário firmados com a CEEE-T (nova denominação da CEEE-GT) que já foram liquidados.
- c)** O montante de R\$20 refere-se ao valor de integralização de capital social efetuada a maior pela sócia Zhejiang Insigma.
- d)** Refere-se a valores aportados pela sócia CEEE-T (nova denominação da CEEE-GT), que futuramente deverão ser integralizados ao capital social, para estes valores não existem termos fixados de conversão dos adiantamentos para futuro aumento de capital em ações que considerem um valor fixo de adiantamento por uma quantidade fixa de ações, motivo pelo qual os saldos estão classificados como passivo não circulante.

8 Fornecedores

Os fornecedores apresentados abaixo referem-se a materiais e serviços relacionados as obras para construção da infraestrutura de concessão, assim como aos serviços de limpeza, vigilância, entre outros.

	31/12/2021	31/12/2020
Berkley International Seguros do Brasil	-	24
Junto Seguros S. A	-	155
Vigitec Segurança	118	119
Darlise	84	58
CSC	75	143
Brasil Cabbo	-	494
Setup	-	70
Geafix	25	24
Procel	1.818	334
Montago	81	81
Trezzi e Bonatti	18	-
Brametal	553	-
Outros	140	76
	<u>2.912</u>	<u>1.578</u>

9 Impostos e contribuições a recolher

9.1 Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	174	95
Contribuição Social	89	53
	<u>263</u>	<u>148</u>

9.2 Obrigações tributárias

	31/12/2021	31/12/2020
PIS	9	9
COFINS	43	42
Tributos estaduais retidos na fonte	103	11
Tributos municipais retidos na fonte	68	38
Tributos federais retidos na fonte	148	101
	<u>371</u>	<u>201</u>

9.3 Parcelamento de tributos

Circulante	793	765
Não circulante	<u>5.218</u>	<u>5.798</u>
Total parcelamento tributos federais retidos na fonte (a)	<u>6.011</u>	<u>6.563</u>

(a) Em agosto de 2017, a Companhia buscou regularizar suas dívidas tributárias, aderindo ao programa especial de regularização tributária – PERT. A Companhia parcelou o imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) devido desde 2014. Em 31 de dezembro de 2021, há 91 parcelas a vencer entre janeiro de 2022 a julho de 2029.

10 Contrato oneroso

Em função do atraso nas obras e de aumento dos custos relacionados ao contrato de concessão referente ao lote A do Leilão ANEEL 008/2010, a Companhia apurou uma provisão para contrato oneroso em 31 de dezembro de 2021 no valor de R\$ 103.391, baseada na obrigação dos pagamentos deduzida das respectivas receitas relacionadas ao contrato. Estes valores são contabilizados de acordo com os critérios de reconhecimento de acordo com a NBC TG 25 (R1) Provisões passivos contingentes e ativos contingentes. O referido montante foi contabilizado em outras despesas na demonstração do resultado do exercício.

	31/12/2021	31/12/2020
Contrato oneroso	<u>103.391</u>	<u>-</u>
	<u>103.391</u>	<u>-</u>

11 Provisão para contingências

11.1 Ativos contingentes

Refere-se ao processo nº 5036365-08.2020.8.21.0001, no qual a Companhia impetrou em junho de 2020 ação judicial contra a Procable devido ao não cumprimento do contrato de empreitada global, assim como devido a recorrentes atrasos na execução do referido contrato, para mais detalhes sobre o contrato vide nota explicativa nº 21.

O valor histórico da ação é de R\$ 137.907 referente a lucros cessantes, multas pelo atraso das obras, multas rescisórias, obrigações contratuais não cumpridas, entre outros, sendo que o valor atualizado em 31 de dezembro de 2021 de R\$192.120. Estes valores não são contabilizados pois não atendem os critérios de reconhecimento de acordo com a NBC TG 25 (R1) Provisões passivos contingentes e ativos contingentes.

11.2 Depósito judicial

Depósito judicial – multa SAF/ANEEL

Em face de decisão judicial, onde a ANEEL incluiu a TESB e a Austral Seguradora no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN, em 29 de janeiro de 2018, em razão da ausência do recolhimento da multa no prazo de 75 (setenta e cinco) dias, contados do recebimento do Ofício nº 570/2017 – SAF/ANEEL, emitido pela Superintendência de Administração e Finanças (SAF), onde a mesma informou que o prazo para manifestação junto à Seguradora foi postergado para 06 de fevereiro de 2018, o escritório de advocacia, que assessora a Companhia, orientou que o mais adequado é a contratação de seguro garantia ou carta fiança em favor do juízo onde tramita a ação, possibilitando o deferimento de medida liminar que suspenda a execução da garantia ofertada à ANEEL por ocasião da assinatura do Contrato de Concessão nº 01/2011 (quarto cenário apresentado nas alternativas e consequências do ora citado Memorando). Acrescentou que, sucessivamente, caso ainda assim não seja obtida a liminar, recomenda-se o depósito judicial do valor atualizado da multa, possibilitando sua futura reversão em favor da TESB caso a empresa obtenha decisão favorável em relação ao mérito da demanda. No tocante as chances de êxito da TESB na ação, o escritório emitiu manifestação informando que, apesar de a sentença ter sido desfavorável, são possíveis, mais prováveis do que remotas (acima de 50%).

O Conselho de Administração autorizou a contratação de seguro garantia ou carta fiança em favor do juízo onde tramita a ação, possibilitando o deferimento de medida liminar que suspenda a execução da garantia ofertada à ANEEL por ocasião da assinatura do Contrato de Concessão nº 01/2011. Inexitosa a contratação do seguro garantia, autorizou o depósito judicial do valor atualizado da multa, que ocorreu em 28 de fevereiro de 2018, no montante de R\$24.960, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$29.253 (R\$28.589 em 31 de dezembro de 2020).

11.3 Provisão contingências

	31/12/2021	31/12/2020
Contingências cíveis / fundiários	17.201	442
Contingências trabalhistas	128	393
Contingências tributárias	-	176
	<u>17.329</u>	<u>1.011</u>

Natureza das contingências

Provisão para contingências cíveis / fundiários

A Companhia é parte envolvida em processos de desapropriações, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais.

O aumento ocorrido entre 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021, refere-se ao provisionamento do montante de R\$15.400 referente ao processo de arbitragem em que as Eólicas Enerplan III e Enerplan IV pleiteiam verbas decorrentes do atraso na construção da Subestação Viamão 3 ("SE Viamão 3") pela TESB, cujos pleitos compreendem custos tidos com a implantação de linha de transmissão provisória e receitas perdidas entre junho e dezembro de 2016.

Provisão para contingências trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui 6 processos trabalhistas classificados como prováveis de perda, os processos são relacionados a responsabilidade subsidiária em processos de prestadores de serviços da TESB.

Contingências possíveis de perda

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui o montante de R\$37.656 (R\$44.530 em 31 de dezembro de 2020) referente a ações cíveis classificadas como possíveis de perda com base na avaliação dos assessores jurídicos, as quais, requerem divulgação e não estão contabilizadas de acordo com as normas contábeis.

12 Patrimônio líquido

12.1 Capital social

O capital social é autorizado em R\$402.649 em 31 de dezembro de 2021 e 2020, composto por 435.753 ações e encontra-se totalmente subscrito e integralizado. A totalidade das ações pertencem a acionistas brasileiros e estrangeiros domiciliados no país e no exterior. A seguir a composição do capital social:

	31/12/2021		
	Quantidade de quotas	Capital subscrito	% participação
CEEE T- Companhia Estadual de Transmissao de Energia	410.534	377.429	94,22%
Procable Energis e Telecomunicações S.A.	2.738	2.738	0,63%
Zhejiang Insigma United Engenerring C.O.	22.482	22.482	5,15%
	435.753	402.649	100,00%

	31/12/2020		
	Quantidade de quotas	Capital subscrito	% participação
CEEE T- Companhia Estadual de Transmissao de Energia	410.534	377.429	94,22%
Procable Energis e Telecomunicações S.A.	2.738	2.738	0,63%
Zhejiang Insigma United Engenerring C.O.	22.482	22.482	5,15%
	435.753	402.649	100,00%

12.2 Alteração na participação societária

Em 13 de novembro de 2013, foi realizado a assembleia geral dos sócios, onde a Procable Energia e Telecomunicações S.A. decidiu ceder e transferir de forma gratuita 5.520 (cinco milhões quinhentos e vinte mil) quotas no valor de R\$1,00 (um real) cada uma à CEEE-T (nova denominação da CEEE-GT), totalizando-se o valor de R\$5.520, tendo em vista que a Sócia CEEE-T (nova denominação da CEEE-GT) oferecerá as garantias as operações de financiamento.

A Sócia Zhejiang Insigma United Engineering CO. Ltda. decidiu ceder e transferir R\$16.920 a CEEE-T (nova denominação da CEEE-GT), cujo pagamento se dará de acordo e conforme condições estabelecidas em Termo de Compromisso a ser firmado entre as partes.

A deliberação acima, estava condicionada a prévia aprovação da ANEEL e teve seu processo aprovado em 21 de janeiro 2014 através do Voto ANEEL nº48500.006771/2013-29.

Em 21 de outubro de 2016, foi realizado a assembleia extraordinária, no qual deliberou-se que a CEEE-T (nova denominação da CEEE-GT) integralizará através de AFAC o montante de R\$176.710 passando o capital social da acionista para R\$230.950, mediante a emissão de 176.710.061 novas ações.

A Sócia Zhejiang Insigma United Engineering CO. Ltda. subscreveu seu aumento de capital através do valor devido pela CEEE-T (nova denominação da CEEE-GT) em razão de transferência de parte de suas ações, seu capital passou a ser de R\$22.482; destes, R\$17.202 foram integralizados através de valor devido da CEEE-T (nova denominação da CEEE-GT) à Insigma, e o restante R\$283 foi depositado pela Insigma em 20 de outubro de 2017.

A Procable Energia e Telecomunicações S.A. subscreveu seu aumento de capital através do valor devido pela CEEE-T (nova denominação da CEEE-GT) de R\$1.564 passando a ter um capital social de R\$2.044.

A Procable integralizou, através de transferência de mútuo entre a CEEE-T (nova denominação da CEEE-GT) e empresa TP AE, R\$694 passando o capital social da acionista para R\$2.738, mediante a emissão de 694 novas ações ordinárias. O registro na junta ocorreu em julho de 2018.

Em 11 de março de 2020, foi realizado a assembleia extraordinária, no qual deliberou-se que a CEEE-T (nova denominação da CEEE-GT) já realizou a integração do capital social através de AFAC o montante de R\$60.459 passando o capital social do acionista CEEE-T (nova denominação da CEEE-GT) dos atuais R\$316.970, para R\$377.429, mediante a emissão de 93.898.717 novas ações, representando 94,22% (noventa e quatro, vírgula vinte e dois por cento) do capital social da TESB.

A Sócia Zhejiang Insigma United Engineering CO. Ltda. em razão do não acompanhamento do aporte necessário para manutenção do seu percentual acionário, reduzirá o seu percentual de 6,57% (seis vírgulas cinquenta e sete por cento) para 5,15% (cinco vírgulas quinze por cento), mantendo assim, seu capital social em R\$22.482.

A Sócia Procable Energia e Telecomunicações S.A., em razão do não acompanhamento do aporte necessário para manutenção do seu percentual acionário, reduzirá o seu percentual de 0,8% (zero vírgula oito por cento) para 0,63% (zero vírgula sessenta e três por cento), mantendo assim, seu capital social em R\$2.738.

13 Receita operacional líquida

A composição da receita operacional líquida é como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional bruta		
Receita de construção (infraestrutura)	21.057	10.073
Receita de operação e manutenção (O&M)	6.757	6.462
Receita de remuneração do ativo de concessão	16.530	16.978
	<u>44.344</u>	<u>33.513</u>
Deduções		
(-) PIS	(117)	(107)
(-) COFINS	(540)	(495)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(278)	(153)
Quota para reserva global de reversão - RGR	(695)	(430)
Taxa de Fiscalização	(69)	(68)
	<u>(1.699)</u>	<u>(1.253)</u>
	<u>42.645</u>	<u>32.260</u>

14 Custos operacionais

Os custos operacionais apresentados a seguir são oriundos de gastos com materiais, serviços de terceiros e outros, assim como, as linhas custos de construção e perdas pela ineficiência na construção do ativo de concessão estão vinculadas as contabilizações do ativo de contrato conforme NBCTG 47 (vide nota explicativa nº 6).

	31/12/2021	31/12/2020
Custo de Construção (infraestrutura)	(76.305)	(21.307)
Perdas pela ineficiência na construção do ativo de concessão	(36.584)	(25.645)
Materiais	(783)	(1.339)
Serviços de terceiros	(7.963)	(7.052)
Arrendamentos e alugueis	(335)	(183)
Provisão para contingências	(16.306)	2.151
Tributos	(7)	(4)
Outros gastos	(113)	(119)
	<u>(138.396)</u>	<u>(53.498)</u>

15 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal	(2)	-
Administradores	(479)	(425)
Materiais	(19)	(6)
Serviços de terceiros	(2.243)	(1.600)
Arrendamento e alugueis	(2)	(10)
Seguros	(219)	(156)
Tributos	(501)	(53)
Outros	-	(9.758)
	<u>(3.465)</u>	<u>(12.008)</u>

16 Outras despesas

	31/12/2021	31/12/2020
Impairment crédito com partes relacionadas - nota 7.a	-	(11.885)
Contrato oneroso - nota 10	(103.391)	-
	<u>(103.391)</u>	<u>(11.885)</u>

17 Resultado financeiro

O resultado financeiro é composto por rendimentos de aplicações financeiras e despesas financeiras de banco e atualizações de contas a pagar.

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	252	60
Multas e acréscimos moratórios	51	2
Atualização depósitos judiciais	664	3.249
Descontos obtidos	33	69
	<u>1.000</u>	<u>3.380</u>
Despesas financeiras		
Multa e juros sobre parcelamentos	(222)	(117)
Juros	(1)	(13)
Atualização selic	(7)	(3)
IOF	-	(1)
Outras despesas financeiras	-	(287)
	<u>(230)</u>	<u>(421)</u>
	<u>770</u>	<u>2.959</u>

18 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

	31/12/2021	31/12/2020
Receita de transmissão de energia	18.014	16.483
Receitas financeiras	935	3.380
Receitas tributáveis	18.949	19.863
<u>Imposto de Renda corrente</u>		
Base presumida sobre a receita de transmissão (8%)	1.441	1.319
Base presumida tributável s/receitas financeiras e variações cambiais (100%)	935	3.380
Lucro presumido tributável para Imposto de Renda	2.376	4.699
Imposto de Renda (15%)	(356)	(705)
Adicional de Imposto de Renda (10%)	(214)	(448)
Despesa de imposto de renda corrente	(570)	(1.153)
<u>Contribuição Social corrente</u>		
Base presumida sobre a receita de transmissão (12%)	2.162	1.978
Base presumida tributável s/receitas financeiras e variações cambiais (100%)	935	3.380
Lucro presumido tributável para contribuição social	3.097	5.358
Despesa com contribuição social corrente (9%)	(279)	(482)
Total da despesa com imposto de renda e contribuição social	(849)	(1.635)

19 Remuneração do pessoal chave da administração

As A remuneração dos Diretores e conselheiros que corresponde a benefícios de curto prazo foi o total de R\$404 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (R\$425 em 31 de dezembro de 2020).

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria, plano de rescisão de contrato de trabalho nem de remuneração baseada em ações.

20 Cobertura de Seguros

A Companhia contratou seguro garantia para fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador perante o segurado até o valor de R\$ 15.000 fixado na apólice, referente às obrigações assumidas no Contrato de Concessão, oriundo do Edital de Leilão nº 008/2010 – ANEEL, exclusivamente no que se refere à construção, operação e manutenção de instalações de transmissão da Rede Básica do Sistema Elétrico Interligado Nacional da Linha de Transmissão – Lote A composta por:

- Linha de Transmissão Porto Alegre 9 – Porto Alegre 8, circuito simples, em 230kv, localizada no Estado do Rio Grande do Sul;
- Linha de Transmissão Porto Alegre 9 – Nova Santa Rita, circuito simples, em 230kv, localizada no Estado do Rio Grande do Sul;
- Linha de Transmissão Campo Bom – Taquara, circuito simples, em 230kv, localizada no Estado do Rio Grande do Sul;
- Linha de Transmissão Restinga – Viamão 3, circuito simples, em 230kv, localizada no Estado do Rio Grande do Sul;
- Linha de Transmissão Restinga – Porto Alegre 13, circuito simples, em 230kv, localizada no Estado do Rio Grande do Sul;
- Subestação Porto Alegre 12 – 230/69kv, compacta e isolada a gás sf6, e ramal de seccionamento subterrâneo, localizada no Estado do Rio Grande do Sul;
- Subestação Viamão 3 – 230/69kv, localizada no Estado do Rio Grande do Sul;
- Subestação Restinga – 230/69kv, localizada no Estado do Rio Grande do Sul;
- Subestação Candelária 2 – 230/69kv, localizada no Estado do Rio Grande do Sul.

Fica entendido e acordado que a cobertura ora concedida abrange apenas a Etapa de Implantação do Projeto, ou seja, não envolve a Etapa de Operação e Manutenção.

A vigência da atual apólice é até março de 2022, o qual foi renovado em fevereiro de 2022 até março de 2023.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos auditores da Empresa.

21 Contratos de longo prazo

A Companhia mantinha um contrato de empreitada global com a sua sócia e epecista Procable Energia e Telecomunicações S.A. O objeto deste contrato é a Empreitada Global por Preço Global para Implantação das Linhas de Transmissão e Subestações caracterizadas no anexo 6 A do Edital do Leilão nº 008/2010 – ANEEL, envolvendo projeto básico, projeto executivo, logística, instalação e obras civis, suprimentos, administrativo, gerenciamento do projeto, financeiro, contábil, jurídico, RH, treinamento técnico, homologação dos equipamentos, ensaios, qualidade e comissionamento.

O valor global histórico do contrato era de R\$ 231.297.

Em 04 de setembro de 2019 ocorreu a rescisão bilateral do contrato com a Procable, sendo que os saldos não cumpridos foram discutidos entre as partes e na ausência de acordo, foram judicializados para mais detalhes vide nota explicativa nº 12.

Para continuidade das obras, foram contratadas as seguintes empresas:

As empresas “Cabbo Brasil”, contratadas para a construção de Cbo, Taq, NSR, Pal9 e Pal8.
As empresas “Procel” e “Engecorp”, contratadas para a construção de Cbo-Taq, NSR-Pal9, Rest-Pal13, Pal9-Pal8.

22 Gestão de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e os impactos.

22.1 Fatores de risco

22.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis que são semelhantes aos valores justos dos ativos e passivos financeiros: erados por juros da Companhia era:

		31/12/2021		31/12/2020	
Ativos financeiros mensurados a valor justo	Nota	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
(a) Empréstimos e Recebíveis					
Caixas e Bancos	4	369	369	586	586
Contas a receber	5	1.781	1.781	1.768	1.768
Demais contas a receber	5	3.593	3.593	384	384
(b) Ao valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras	4	4.873	4.873	9.424	9.424
Ativo de Concessão	6	341.894	341.894	352.147	352.147
Deposito judicial	11	29.253	29.253	-	-
Total de ativos financeiros		381.763	381.763	364.309	364.309
Passivos financeiros mensurados a valor justo					
(c) Pelo custo amortizado					
Fornecedores	8	2.912	2.912	1.578	1.578
Obrigações trabalhistas		14	14	13	13
Partes relacionadas	7	11.793	11.793	20	20
Obrigações Tributárias		633	633	-	-
Parcelamento de Tributos		6.011	6.011	-	-
Encargos Regulatórios		254	254	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC	7	120.600	120.600	59.600	59.600
Total de passivos financeiros		142.217	142.217	61.211	61.211

22.1.2 Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Para mitigar esse risco, as aplicações financeiras contratadas são valorizadas com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das Demonstrações financeiras foi:

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e saldos em conta corrente bancária	369	585
Aplicações financeiras	<u>4.873</u>	<u>9.425</u>
	<u>5.242</u>	<u>10.010</u>

22.1.3 Risco de crédito

A Companhia não espera perdas sobre os recebíveis mantidos em clientes a receber. Em relação às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras consideradas de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das Demonstrações financeiras intermediárias foi:

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	5.242	10.010
Contas a receber de concessionárias (nota 5)	<u>1.781</u>	<u>1.768</u>
	<u>7.023</u>	<u>11.778</u>

A Companhia não possui risco de crédito por região geográfica, pois todos os seus clientes estão localizados no Brasil. Também não possui risco de crédito por tipo de contraparte, pois todos os seus clientes são concessionárias reguladas pela ANEEL. As aplicações financeiras são efetivadas apenas em bancos considerados de baixo risco.

22.1.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez decorre da gestão de capital de giro, da amortização dos encargos financeiros e dos principais instrumentos de dívida da Companhia. É o risco de a Companhia encontrar dificuldade para cumprir com suas obrigações financeiras vincendas.

A Companhia administra seu capital tendo como base parâmetros de otimização da estrutura de capital, com foco nas métricas de liquidez e alavancagem que possibilitem retorno aos Sócios no médio prazo, condizente com os riscos assumidos na operação.

A Administração mantém a alavancagem natural da Companhia em níveis iguais ou inferiores ao índice de alavancagem considerado como adequado.

A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais dos passivos financeiros não derivativos, incluindo os pagamentos de juros estimados nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021:

Passivos financeiros não derivativos pelo custo amortizado:

	Valor contábil	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	Mais de 3 meses e menos de 1 ano	Mais de 1 ano
Fornecedores	2.912	2.912	-	-	-
Obrigações Trabalhistas	14	14	-	-	-
Partes Relacionadas	11.793	11.773	-	-	20
Impostos de renda e contribuição social	263	263	-	-	-
Obrigações Tributárias	371	371	-	-	-
Parcelamento de Tributos	6.011	66	198	595	5.152
Encargos Regulatórios	254	254	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	120.600	-	-	-	120.600
	142.218	15.653	198	595	125.772

22.1.5 Coronavírus (Covid-19) - Impactos econômico-financeiros

(i) Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde - OMS declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia.

No Brasil, o governo federal publicou diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública.

Os governos estaduais e municipais também publicaram atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços não essenciais, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

A partir de 13 de março de 2020 a Companhia adotou medidas que contribuem com os esforços governamentais para prevenir e mitigar os efeitos no local de trabalho, dentre essas medidas, estão:

- Adoção do trabalho *home office* para seus colaboradores, cujas atividades sejam compatíveis com essa modalidade, evitando deslocamentos e potencial risco de contágio;
- Orientações às equipes técnicas, assim como o fornecimento de materiais de proteção, com vistas a assegurar o perfeito andamento dos trabalhos de manutenção das redes de distribuição, permitindo a adequada operação e o fornecimento de energia elétrica para todos os consumidores, em especial àqueles responsáveis pela segurança e saúde da população;
- Suspensão de treinamentos e reuniões presenciais;
- Reforço de campanha de comunicação interna para medidas de prevenção e contenção à COVID – 19.

(ii) Medidas de assistência governamental

Diante deste cenário, medidas de auxílio econômico e financeiro foram introduzidas pelos três níveis de administração federal, com o objetivo de auxiliar as empresas na redução das implicações econômicas da pandemia, com destaque para as seguintes:

- Postergação do recolhimento do PIS e da COFINS, da Contribuição Previdenciária e do seguro contra acidentes relativos às competências março, abril e maio para os meses de agosto, outubro e novembro de 2020, respectivamente;
- Referente ao FGTS apurado nas competências de março, abril e maio de 2020, a Medida Provisória Nº 927, de 22 de março de 2020, possibilitou o pagamento parcelado em seis parcelas com vencimento a partir do mês de julho, sem a incidência de atualização de multa e encargos;
- Redução das alíquotas das contribuições aos serviços sociais autônomos (sistema S) no período compreendido entre abril e junho de 2020;
- Prorrogação de prazos para a entrega de obrigações acessórias, como DCTF, EFD e SPED, dentre outras;
- Isenção do Imposto para Operações Financeiras - IOF para empréstimos e financiamentos até 02/10/2020.

A maior parte dessas medidas, apuradas até a emissão desse relatório, tem caráter temporário e servirão para minimizar os reflexos negativos da pandemia nos próximos três meses aproximadamente.

(iii) Impacto nas demonstrações financeiras

Em consonância com o Ofício Circular CVM nº 02/2020, de 10 de março de 2020, a Companhia vem acompanhando as repercussões do COVID-19 no cenário macroeconômico e em seus negócios, avaliando constantemente os efeitos reais e potenciais nas suas atividades comerciais e operacionais, na situação financeira e no seu desempenho econômico, sendo as principais análises mencionadas abaixo (mas não se limitando a):

Reconhecimento de receita:

A Companhia vem avaliando os impactos das diversas medidas para conter a disseminação de contágios do COVID-19 sobre o reconhecimento das suas receitas com o Encargo de Uso do Sistema de Transmissão. No período destas demonstrações financeiras não foram identificados impactos significativos na receita operacional bruta que ensejassem qualquer modificação nas políticas de reconhecimento de receita.

Provisão de perda esperada:

A Companhia avalia frequentemente o nível de inadimplência em sua carteira de contratos, sendo que não foram observadas variações significativas no nível de inadimplência do contas a receber de 31 de dezembro de 2021 que indicassem qualquer complemento de perdas estimadas além das já reconhecidas nestas demonstrações contábeis.

Recuperabilidade de ativos:

A Companhia avalia com bastante zelo os possíveis impactos das ações para combate à disseminação ao COVID-19 sobre as premissas imputadas nos fluxos de caixa de seus ativos financeiros e contratuais, de forma a identificar qualquer elemento que leve ao ajuste de tais premissas. Ajustes de premissas poderiam levar à manutenção dos níveis de registros de perda por impairment sobre os ativos. Para estas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, não foram identificados elementos que levassem a modificar estas premissas e registrar perda adicional.

Investimentos:

A Companhia mantém a execução de seus investimentos em níveis satisfatórios para sustentar a adequada operação de suas linhas de transmissão e subestações. Além disso, devido a Pandemia os cronogramas previstos de fornecimento de materiais foram afetados em função dos impactos causados nas cadeias produtivas. A Companhia vem monitorando essa situação e tomando as medidas necessárias para mitigar seus efeitos e cumprir com o cronograma das obras.

A TESB visando manter a transparência com o mercado e seus reguladores, atuará de forma contínua na atualização das informações relacionadas ao COVID-19 no monitoramento constante em mudanças nas variáveis macroeconômicas e de negócios a fim de obter a melhor estimativa dos possíveis impactos sobre a Companhia.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. Iguaçu, 418 - Sala 1404
Petrópolis, Porto Alegre (RS) Brasil

T +55 51 3500-8473

Aos Administradores e acionistas da
Transmissora de Energia Sul Brasil S.A. – “TESB”
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Transmissora de Energia Sul Brasil S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transmissora de Energia Sul Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Empresa e suas coligadas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Fase pré-operacional

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a Companhia foi constituída em 19 de janeiro de 2011, e encontra-se em parcialmente em fase pré-operacional, em decorrência de atrasos no cronograma para início de todas suas operações, originalmente previsto para 2015. Até que a Companhia conclua suas atividades e passe a gerar a totalidade de seus recursos financeiros suficientes para manutenção das suas operações, ela depende substancialmente de aporte financeiros de seu acionista controlador. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Multa SAF/ANEEL

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 11 às demonstrações financeiras, em 29 de janeiro de 2018, a Companhia foi incluída no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN, em razão do não recolhimento da multa no prazo de 75 (setenta e cinco dias) contados do recebimento do Ofício nº 570/2017 – SAF/ANEEL, a qual foi aplicada em decorrência dos atrasos no início das suas operações, mencionados no parágrafo anterior.

Em decorrência da aplicação da referida multa e dos seus desdobramentos posteriores, em 28 de fevereiro de 2018 foi efetuado depósito judicial no montante de R\$ 24.960 mil que em 31 de dezembro de 2021 está apresentado pelo montante atualizado de R\$29.253 mil, probabilidade de perda da referida ação manifestada pelos assessores jurídicos da Companhia, está classificada como risco jurídico possível. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

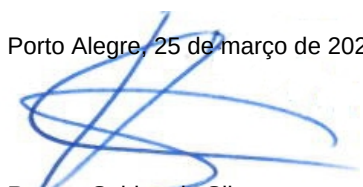
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão, ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 25 de março de 2022



Romeu Sabino da Silva
CT CRC 1RS-071.263/O-0

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1